

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

### ATA NÚMERO VINTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM, DO DIA VINTE E QUATRO DE MAIO DE DOIS MIL E DEZOITO.

Aos vinte e quatro dias do mês de maio de dois mil e dezoito, na Sala de Reuniões na delegação da União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra, em de São Bartolomeu da Serra, compareceram o Senhor Álvaro dos Santos Beijinha, Presidente da Câmara Municipal, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Vice-Presidente, Óscar Domingues Ramos, Luís Filipe dos Santos, Albano Joaquim Mestre Pereira, Francisco Maria Carrajola de Sousa e Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Vereadores, a fim de se efetuar a reunião ordinária da Câmara Municipal.

Como se achavam em número legal para se constituírem em reunião de Câmara, foi a mesma declarada aberta pelo Senhor Presidente, Álvaro Beijinha, às nove horas e trinta minutos.

Seguidamente, o Senhor Presidente colocou para discussão e aprovação as atas números dezassete, dezoito e dezanove, das reuniões anteriores, as quais foram aprovadas, por unanimidade.

O Senhor Presidente não votou a ata número dezanove, por não ter estado presente na reunião.

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:

#### -----ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

#### **PRESIDÊNCIA NAS FREGUESIAS – REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, EM S. BARTOLOMEU DA SERRA – UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTIAGO DO CACÉM, SANTA CRUZ E S. BARTOLOMEU DA SERRA.**

O Senhor Presidente referiu que a presente reunião da Câmara Municipal tinha lugar em S. Bartolomeu da Serra, localidade que integra aquela União de Freguesias, para uma maior proximidade das populações, como aconteceu, no ano anterior, em Santa Cruz.

#### **ALVALADE – INAUGURAÇÃO DA EXTENSÃO DE SAÚDE**

O Senhor Presidente deu conhecimento de que tinha tido lugar, no dia anterior, a inauguração das novas instalações daquela Extensão de Saúde, tendo aquele ato contado com a presença da Senhora Secretária de Estado da Saúde, Rosa Valente de Matos, e representantes de outras entidades.

Mais informou que as novas instalações daquela Extensão de Saúde resultaram da adaptação da cantina da antiga Escola Primária, cedida, gratuitamente, pelo Município à Administração Regional de Saúde, para o efeito, dado que as anteriores instalações daquela Unidade de Saúde estavam degradadas e não reuniam as condições necessárias para o atendimento dos utentes. Acrescentou que a população aguardava, havia muito tempo, pela abertura deste novo equipamento.

#### **CUIDADOS DE SAÚDE NO MUNICÍPIO – UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO LITORAL ALENTEJANO (ULSLA)**

O Senhor Presidente deu conhecimento das preocupações de profissionais daquela Unidade de Saúde que lhe chegaram, sobre a grave situação no funcionamento da mesma, devido à falta de enfermeiros e médicos que já originou o encerramento de dezasseis camas. Acrescentou que contactou o Presidente do Conselho de Administração da ULSLA o qual lhe confirmou que a situação era complicada, dado que não tinha havido o reforço daqueles profissionais, como era esperado.

Mais informou que tinha participado numa iniciativa no HLA, no âmbito do Dia do Enfermeiro, a qual teve pouca participação, devido à desmotivação e cansaço destes profissionais, porque são obrigados a efetuar muitas horas extras para minimizar aquela situação, sendo que, preveem que a mesma se agrave no final da rotação de turnos que é feita de quatro em quatro semanas, levando ao encerramento de mais camas, caso não sejam tomadas medidas para o reforço daqueles profissionais, acrescentando que lhe foi transmitido que a resolução do problema está dependente de uma autorização superior. -----

Contactou, de imediato, a Senhora Secretária de Estado a quem expôs a situação, a qual desconhecia os detalhes da mesma, e informou que a autorização dependia do Ministério das Finanças, sendo que, no mesmo dia em que fez este contacto, alguém do Gabinete da Secretaria de Estado da Saúde se deslocou àquele Hospital com a autorização para a contratação de trinta enfermeiros que, segundo informação do Senhor Presidente do Conselho de Administração, serão admitidos dezassete numa primeira fase e os restantes virão a seguir.

Referiu que se chegou a uma situação muito difícil, pelo que, é urgente o reforço de pessoal em todas as áreas de funcionamento daquele Hospital, o qual tem vindo a recorrer a contratação externa, com o aumento de custos, considerando que se tratava de uma medida contraditória relativamente ao argumento de contenção da despesa.-----

Recordou ainda o compromisso do anterior e do atual Governo relativamente à construção do novo Centro de Saúde de Santiago do Cacém, para o qual o Município disponibilizou, gratuitamente, o terreno, tendo este equipamento sido considerado no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio como prioridade número um. Acrescentou que outro compromisso assumido tinha a ver com uma intervenção no Centro de Saúde de Santo André, para retirar a cobertura de amianto. Mais referiu que se tratava de processos que estavam em andamento, havia cerca de três anos, os quais não têm tido desenvolvimento, pelo que, colocou este assunto à Senhora Secretária de Estado da Saúde, que procurou saber, de imediato, o ponto de situação junto dos responsáveis dos organismos da Saúde que a acompanhavam no ato de inauguração da Extensão de Saúde de Alvalade, apurando que a candidatura para o investimento do Centro de Saúde de Santiago do Cacém já está aprovada, e que, para as obras de remoção da cobertura e colocação de painéis solares no Centro de Saúde de Santo André está prevista uma candidatura ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR). -----

Informou também que na visita ao HLA, verificou que estão em curso as obras de ampliação das Urgências, as quais compreendem uma extensão de mais de mil metros quadrados, estando prevista a sua conclusão, no mês de outubro, do ano em curso. -----

Concluiu, referindo que lhe pareceu que existe vontade política, por parte dos responsáveis da Saúde, para resolver os problemas, sendo necessário avançar com as ações para o concretizar.

Acrescentou que a Câmara Municipal continuará a acompanhar a situação, aguardando a visita do Senhor Ministro da Saúde ao Litoral Alentejano, conforme compromisso que assumiu na reunião com a CIMAL. -----

O Senhor Vereador Óscar Ramos manifestou a sua satisfação por se ter conseguido realizar a obra para a instalação da Extensão de Saúde de Alvalade, no edifício cedido pelo Município.

Relativamente à situação de falta de profissionais no HLA, referiu que se tratava de uma realidade, não só daquela Unidade, mas de todo o País. -----

Partilhou em seguida alguns dados relativos à evolução do número de enfermeiros e de médicos no SNS, de dois mil e dez a dois mil e dezoito, os quais demonstram que houve um aumento de mais seis mil seiscentos e vinte enfermeiros e de seis mil seiscentos e noventa e cinco médicos, neste período. Acrescentou que partilhava das preocupações, mas considerava que os recursos eram limitados, não lhe parecendo aceitável que mesmo com mais recursos os problemas persistissem, considerando que a situação não se restringia somente às questões de

mais dinheiro e mais profissionais, sendo necessária uma reforma do Serviço Nacional de Saúde (SNS). -----

O Senhor Vereador Luis Santos referiu que corroborava das preocupações sobre este assunto, considerando que se tratava de situações que se refletem a nível geral, mas com uma maior incidência no âmbito local. Acrescentou que a Saúde era uma matéria onde não podia haver concessões, sendo necessário tomar as medidas adequadas para a resolução dos problemas.

O Senhor Vereador Jaime Cáceres referiu que não se podia escamotear o enorme desinvestimento nos Cuidados Primários de Saúde, o que tem levado ao encerramento das extensões de Saúde nas várias freguesias do Município, obrigando os utentes a recorrer ao Hospital, acrescentando que era preciso construir o novo Centro de Saúde de Santiago do Cacém e melhorar as condições do Centro de Saúde de Santo André, para minorar a pressão no HLA, bem como os problemas de acesso à Saúde por parte dos utentes com menos recursos, considerando que era preciso colocar a Saúde ao serviço das pessoas. -----

Deixou ainda uma palavra de reconhecimento ao grande Homem que impulsionou a criação do SNS, Doutor António Arnaut, o qual faleceu no dia vinte e um do mês em curso, depois de muito ter lutado para que todos tivessem um Serviço Nacional de Saúde condigno. -----

Acrescentou que era estranho que existindo mais médicos e enfermeiros a falta destes profissionais fosse cada vez maior. -----

Mais referiu que este era um assunto penoso e que preocupava todos. -----

O Senhor Vereador Óscar Ramos referiu que registava com agrado a referência feita pelo Senhor Vereador Jaime Cáceres ao Doutor António Arnaut, acrescentando que se tratava de uma personalidade que merecia o sentimento geral de reconhecimento pelo seu empenho na criação do SNS, lamentando que tenha partido sem ver melhorias no mesmo, considerando que a melhor forma de o homenagear será através de ações que possam aperfeiçoar o SNS. ----

---

**COOPERATIVA DE HABITAÇÃO E CONSTRUÇÃO ECONÓMICA –  
(CHESANDRÉ) - TERCEIRA FASE DE EMPREENDIMENTO** -----

O Senhor Presidente deu conhecimento de que participou, acompanhado do Senhor Vereador Jaime Cáceres, no lançamento da primeira pedra da terceira fase do empreendimento daquela Cooperativa de Habitação, a qual compreende a construção de mais trinta e dois fogos unifamiliares e quarenta e oito plurifamiliares, em terreno cedido, gratuitamente, pelo Município, avaliado em cerca de quatro milhões de euros, e onde poderão vir a ser construídos mais fogos. Acrescentou que este era mais um contributo da Câmara Municipal para a criação de habitação económica e com qualidade no Município. -----

O Senhor Vereador Óscar Ramos referiu que esta era uma forma de equilibrar os preços da habitação no Município, acrescentando que podia não ser a única solução para melhorar o problema da habitação, lançando um desafio no sentido da Câmara Municipal disponibilizar lotes de terrenos aos profissionais de Saúde. -----

Mais referiu que a Câmara Municipal tinha atribuído lotes no Bairro de S. Sebastião, havia alguns anos, cujas condições de acesso levavam à exclusão das pessoas que tinham um salário relativamente superior ao salário médio, considerando que era mais justo que fossem criados também outro tipo de lotes, para aquelas pessoas que gostam de ter a sua privacidade, aos quais pudessem concorrer, acrescentando que existe espaço para uma oferta mais diversificada. -----

O Senhor Presidente informou que havia mais de quinze anos que a Câmara Municipal tinha tomado a medida de disponibilização de lotes aos profissionais de Saúde, como forma de contribuir para a sua fixação no Município. -----

Mais informou que nos quarenta anos do Poder Local, a Câmara Municipal disponibilizou mais de quatro mil lotes de terrenos, em todas as freguesias, a preços acessíveis, a pessoas individuais e entidades, o que continua a fazer, como é o caso da cedência do terreno à

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

---

Cooperativa Chesandré, sem fins lucrativos, com uma construção a custos controlados que permite às pessoas adquirir uma habitação condigna. -----

Mais referiu que o que não era admissível era a cedência de terrenos, a preços baixos, subsidiados pelo erário público, para as pessoas construírem vivendas de trezentos mil euros, ou mais, considerando que as pessoas que têm esta possibilidade devem adquirir o terreno no mercado. -----

O Senhor Vereador Jaime Cáceres referiu que os duzentos fogos que a Chesandré já construiu, a custos controlados, e destinados a primeira habitação, foram da maior importância para as duzentas famílias que, desta forma, tiveram acesso a uma habitação condigna. -----

Acrescentou que a Câmara Municipal irá continuar a atribuir lotes de terrenos aos munícipes e a apoiar a Cooperativa, para que se possa expandir a oferta de habitação a preços justos. -----

Mais informou que numa iniciativa que teve lugar, recentemente, na Biblioteca Municipal de Santo André, sobre o futuro da Cidade, o Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém, Jorge Nunes, anunciou a intenção da mesma construir um Lar de idosos, naquela Cidade, projeto a concretizar no espaço de dois anos. Acrescentou que se congratulava com este projeto porque era uma prioridade, havia muitos anos, existindo por parte da Câmara Municipal toda a disponibilidade para apoiar a sua concretização. -----

O Senhor Vereador Luis Santos, questionou se a Câmara Municipal já tinha definido um espaço para aquele equipamento. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que tinha tido lugar, no dia dezassete do mês em curso, na Biblioteca Municipal de Santo André, o “Seminário Cidade nova 2030, O Futuro de Vila Nova de Santo André”, promovido pela Junta de Freguesia de Santo André e pela Universidade de Évora, onde os participantes no debate contribuíram com opiniões interessantes sobre o tema, no âmbito do qual, o Senhor Provedor anunciou que a Santa Casa da Misericórdia podia avançar com a construção de um Lar naquela Cidade, considerando que esta foi uma excelente notícia. -----

Mais informou que a Paróquia tem um projeto para a construção de um Lar, para o qual a Câmara Municipal cedeu o terreno, mas não o tem conseguido concretizar, porque não foi aprovada a sua candidatura aos Fundos Comunitários. -----

Informou ainda que existe um terreno, sito entre o Bairro dos Serrotes e o Bairro do Pinhal, sinalizado pelo ex-GAS, para cedência à Santa Casa, sendo que esta situação não chegou a ser formalizada. Acrescentou que a localização do terreno cedido pelo Município à Paróquia era mais apropriado para aquele fim, do ponto de vista urbanístico. -----

### **MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM – REGISTO DE CONTRATOS NO PORTAL BASE** -----

O Senhor Vereador Óscar Ramos questionou, se a Câmara Municipal registava todos os contratos naquele Portal. -----

Acrescentou que tinha saído uma notícia no Jornal Correio da Manhã, com o título “Autarcas dão milhares a empresários amigos”, onde eram mencionadas algumas autarquias, entre as quais a Câmara Municipal de Santiago do Cacém, questionando se a Câmara tinha tomado posição sobre a mesma. -----

O Senhor Presidente referiu que não tinha o hábito de andar a desmentir notícias, acrescentando que os contratos públicos cumprem a regra prevista na lei, de consulta a três empresas. -----

O Senhor Presidente passou a palavra ao Diretor Financeiro, Dr. José Pereira, para dar explicações técnicas adicionais sobre este assunto, o qual esclareceu que são publicitados no Portal base todos os procedimentos, exceto os ajustes diretos de menos de cinco mil euros. ----

### **CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PELA CÂMARA MUNICIPAL** -----

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

O Senhor Vereador Óscar Ramos perguntou quem eram as pessoas tinham sido recentemente contratadas pela Autarquia, acrescentando que sabia que uma dessas pessoas tinha feito parte da lista da CDU. -----

O Senhor Presidente recordou que já tinha dado conhecimento, numa reunião da Câmara Municipal, sobre a contratação, no regime de Prestação de Serviços, de um quadro superior, altamente qualificado e com larga experiência na elaboração de instrumentos de gestão do território, Dr. Josué Caldeira, para desempenhar as funções que eram asseguradas pela Dra. Maria Alberto Branco, a qual saiu, em setembro, do ano anterior. -----

Mais informou que no início do novo mandato foi nomeada para o lugar de Secretária da Vereação uma pessoa da confiança política do Executivo Permanente, a qual veio substituir o Secretário nomeado no anterior mandato. -----

Acrescentou que se tratava de um lugar de nomeação e que o facto de uma pessoa ter integrado a lista da CDU não cerceava a possibilidade da mesma desempenhar funções na Autarquia. -----

### **DESCONVOCAÇÃO DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 31 DE MAIO DE 2018**

O Senhor Presidente deu conhecimento da desconvocação daquela reunião da Câmara Municipal, por ser feriado, e que a próxima reunião ordinária da CM terá lugar no dia 7 de junho de 2018. -----

#### **ORDEM DO DIA:**

Foi tomado conhecimento de que as disponibilidades de Tesouraria no dia vinte e três de maio do corrente ano, eram as seguintes: -----

**OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS:** 4.524.656,35 € (quatro milhões quinhentos e vinte e quatro mil seiscentos e cinquenta e seis euros e trinta e cinco cêntimos).-----

**OPERAÇÕES DE TESOURARIA:** 130.308,83 € (cento e trinta mil trezentos e oito euros e oitenta e três cêntimos).-----

#### **OUTRAS DELIBERAÇÕES:**

**ENTIDADE:** JOSÉ SIMÕES FAUSTINO -----

**ASSUNTO:** Transmissão do Direito de Superfície sobre o Lote nº 5 da Z.I.L., Exp. I em Vila Nova de Santo André.-----

**LOCALIZAÇÃO:** Vila Nova de Santo André. -----

**REFERÊNCIA:** Processo nº 1999/300.50.200/5, de 31 de maio de 1999 da Secção de Aprovisionamento e Património. -----

**APRESENTANTE:** Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha. -----

**PROPOSTA:** UM - Autorizar o Senhor José Simões Faustino a transmitir a quota parte que detém do direito de superfície sobre o lote nº 5 da Z.I.L., Exp. I em Vila Nova de Santo André, descrito na Conservatória sob a ficha nº 03040/081096, da freguesia de Santo André, para o Senhor Victor Manuel Simões da Silva. -----

**DOIS** – Deve o requerente apresentar no prazo de 30 dias, após a celebração da respetiva escritura, cópia da mesma no Serviço de Património. -----

**FUNDAMENTOS:** a) De acordo com o solicitado pelo requerente, e uma vez que o Sr. Victor detém a outra quota parte do direito de superfície sobre o referido lote. -----

b) Conforme condições de constituição do direito de superfície.-----

c) Nos termos da alínea g) do nº 1 do Artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar. -----

**FORMA:** Por unanimidade. -----

-----  
**ENTIDADE: MARIA ANTÓNIA GUERREIRO**-----

**ASSUNTO: Redução do valor de Resíduos Urbanos da fatura n.º 201700058327 emitida pela Águas de Santo André.**-----

**LOCALIZAÇÃO:** Vila Nova de Santo André, Santo André. -----

**REFERÊNCIA:** Processo 2017/350.10.511/106 de 26/12/2017 da D.AG.F./A.A.A.S. -----

**APRESENTANTE:** Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha. -----

**PROPOSTA:** Autorizar que o valor a debitar da tarifa variável de resíduos urbanos seja de 8,05€ na fatura n.º 201700058327. -----

**FUNDAMENTOS:** Através do protocolo estabelecido entre a empresa Águas de Santo André e o Município de Santiago do Cacém, procede a empresa Águas de Santo André à cobrança da tarifa de resíduos urbanos em Vila Nova de Santo André, receita deste Município. Deve ser atendido que o tarifário do serviço de resíduos urbanos baseia-se na indexação ao volume de água consumida, e que parte da água perdida não retorna à rede de saneamento nem reflete o volume de resíduos urbanos produzidos. -----

Deve ser atendido que o excesso de consumo decorrente de uma situação de rotura na rede predial, corresponde a um desperdício de água que não é utilizada na sua totalidade pelos utilizadores, pelo que se considera plausível o ajustamento da faturação, de forma a atenuar o impacto na fatura do consumo excecional e excessivo provocado por uma situação anómala.

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar. -----

**FORMA:** Por unanimidade. -----

-----  
**ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM** -----

**ASSUNTO: Designação do Encarregado de Proteção de Dados do Município de Santiago do Cacém**-----

**LOCALIZAÇÃO:** Santiago do Cacém -----

**REFERÊNCIA:** Processo n.º 2018/250.10.500/5 do Gabinete de Apoio à Presidência.-----

**APRESENTANTE:** Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha. -----

**TOMAR CONHECIMENTO** da Designação como Encarregado de Proteção de Dados do Município de Santiago do Cacém – Mónica Fialho Pires de Aguiar, Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência, -----

**FUNDAMENTOS:** nos termos da alínea a), do n.º 1, e do n.º 5, e 6 do artigo 37.º do RGPD - (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), conjugado com os artigos 35.º, n.º 2, alínea a) e 37.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado pelo Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----  
**ENTIDADE: CIRCO NEDERLAND**-----

**ASSUNTO: Licenciamento de Recinto Itinerante – Ratificação de Despacho**-----

**LOCALIZAÇÃO:** Recinto do Mercado de Vila Nova de Santo André-----

**REFERÊNCIA:** Processo de Licenciamento N.º 2018/450.10.221/35 de 17 de maio de 2018.

**APRESENTANTE:** Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha. -----

**PROPOSTA:** Ratificar o meu Despacho de 18 de maio de 2018, referente ao Licenciamento de Recinto Itinerante para a realização dos espetáculos do “Circo Nederland” nos dias 19 e 20 de maio de 2018 no Recinto do Mercado de Vila Nova de Santo André. -----

**FUNDAMENTOS:** Ao abrigo do disposto no n.º3 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.-----

É competência da Câmara Municipal a emissão de Licenças de Recinto Itinerantes, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 6º do Decreto-Lei 309/2002 de 16/12, conjugado com o Decreto-Lei n.º 268/2009 de 29 de setembro.-----

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

A Requerente não apresentou o requerimento nem os documentos instrutórios do processo em tempo útil a ser deliberado o licenciamento pela Câmara.-----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar. -----

**FORMA:** Por unanimidade. -----

**ENTIDADE:** CONSERVATÓRIA DO REGISTO CIVIL, PREDIAL, COMERCIAL E AUTOMÓVEIS DE SANTIAGO DO CACÉM – CASA PRONTA -----

**ASSUNTO:** Direito de Preferência sobre a transmissão onerosa de imóvel sito em Área de Reabilitação Urbana. -----

**LOCALIZAÇÃO:** Fração "E" correspondente ao 2.º Dt.º, do prédio urbano situado no Bairro dos Serrotes, Passeio do Tomilho, n.º 27, em Vila Nova de Santo André, freguesia de Santo André. -----

**REFERÊNCIA:** Documento de Entrada n.º 12054 de 15/05/2018 – Processo 2018/450.30.502/110 da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística. -----

**APRESENTANTE:** Senhora Vereadora Margarida Santos. -----

**PROPOSTA:** Que seja deliberado o não exercício do direito de preferência sobre a transmissão onerosa do imóvel localizado em Área de Reabilitação Urbana do Centro Urbano de Vila Nova de Santo André - Fração "E" correspondente ao 2.º Dt.º, do prédio urbano situado no Bairro dos Serrotes, Passeio do Tomilho, n.º 27, em Vila Nova de Santo André, freguesia de Santo André, inscrito na matriz sob o artigo 2231 e descrito na Conservatória de Registo Predial sob o n.º 2229/19940121 da freguesia de Santo André. -----

**FUNDAMENTOS:** 1- De acordo com o artigo 58.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (aprovado pelo Decreto-lei 307/2009 de 23 de outubro na redação em vigor), o Município de Santiago do Cacém (MSC) tem direito de preferência nas transmissões a título oneroso de terrenos ou edifícios situados em Área de Reabilitação Urbana (ARU), devendo o pedido ser submetido a deliberação da Reunião de Câmara. -----

2- O direito de preferência visa possibilitar que o Município manifeste o interesse na aquisição de imóveis, para reabilitação e renovação do edificado, em áreas de relevante interesse municipal. -----

3- Não obstante esta prerrogativa legal, o MSC não tem exercido direitos de preferência, deixando que os particulares concretizem as transmissões dos imóveis, bem como a realização da reabilitação do edificado, concedendo-lhes no presente apoios fiscais e financeiros no âmbito da ARU. -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar. -----

**FORMA:** Por unanimidade. -----

**ENTIDADE:** CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM -----

**ASSUNTO:** ICE (Instituto das Comunidades Educativas) – Transferência de verba para o ano 2018-----

**LOCALIZAÇÃO:** Santiago do Cacém -----

**REFERÊNCIA:** P. 2018/350.30.001/57 de 22/02/2018, Divisão de Educação. -----

**APRESENTANTE:** Senhor Vereador Jaime Cáceres. -----

**PROPOSTA:** 1. Transferir para o Instituto das Comunidades Educativas a verba de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros) relativa ao apoio anual que a Câmara Municipal atribui ao Instituto das Comunidades Educativas, no âmbito do Projeto “Quinta da Educação e Ambiente”.-----

**FUNDAMENTOS:** 1. De acordo com o previsto na alínea u), do n.º1, do Artigo 33.º do Regimento Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

---

2. Trata-se de um protocolo de colaboração estabelecido entre Câmara Municipal de Santiago do Cacém, o ICE - Instituto das Comunidades Educativas, o ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e Florestas e a Junta de Freguesia de Santo André.-----

3. Os apoios financeiros são prestados desde o ano de 2001. -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar. -----

**FORMA:** Por unanimidade. -----

**ENTIDADE:** ASSOCIAÇÃO LITORAL AVENTURA -----

**ASSUNTO:** Transferência de verba para apoio à 13ª Limpeza de Praias -----

**LOCALIZAÇÃO:** Santo André-----

**REFERÊNCIA:** Na referência deve constar os seguintes elementos: (Número do processo, data do processo e a Divisão ou Serviço a que pertence). -----

**APRESENTANTE:** Senhor Vereador Jaime Cáceres.-----

**PROPOSTA:** Aprovar a transferência de verba no valor de 1000,00€ (mil euros) para a Associação Litoral Aventura como apoio às despesas decorrentes da 13ª edição do evento, a realizar no dia 10 de junho de 2018. -----

**FUNDAMENTOS:** 1. Os apoios concedidos pelo Município aos clubes possibilitam o desenvolvimento das suas atividades, bem como a continuidade de uma intervenção junto da população do Município e na necessidade de responder ao problema ambiental causado pelo uso desordenado e irresponsável da orla marítima. -----

2. Ao abrigo da alínea u) do artº33 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado pelo Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar. -----

**FORMA:** Por unanimidade. -----

IMPrensa - Tomado conhecimento. -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar, em minuta, cada uma das deliberações constantes desta ata nos termos e para os efeitos do artigo cinquenta e sete, números um a quatro do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi, pelo Senhor Presidente, declarada encerrada a reunião pelas onze horas e trinta minutos. -----

Desta Reunião se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro dos Santos Beijinha, e por mim, José Pereira dos Reis Vilhena Gonçalves, Diretor do Departamento de Administração e Finanças, exercendo as funções de Secretário.---

O Presidente da Câmara Municipal

\_\_\_\_\_  
O Secretário da Reunião